



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa Grazziotin: redução da carga horária para gerar mais empregos

Senadores lembram o 1º de Maio e pedem avanços nas leis trabalhistas

Vanessa Grazziotin disse que jornada semanal deveria passar de 44 para 40 horas. Segundo Ana Amélia, imposto pago

por trabalhador deveria ser revertido em melhores serviços públicos. Anibal Diniz enumerou conquistas recentes. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia: brasileiros trabalham 150 dias por ano só para pagar impostos

Proibição de cobrança de aluguel dobrado em *shopping*

Cobrança extra adotada em época de vendas elevadas, como o Natal, é vedada por projeto de lei que está na pauta da CCJ. **4**

Projeto prioriza mulher para recebimento de benefício social

Comissão pode analisar hoje, em caráter terminativo, iniciativa de Paulo Bauer que altera a Lei Orgânica de Assistência Social. **4**

CPI do Cachoeira recebe hoje cópia do inquérito da PF

Conselho de Ética do Senado também foi autorizado pelo Supremo Tribunal Federal a acessar os documentos, com garantia de manutenção do segredo de Justiça

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as relações do contraventor Carlos Cachoeira com agentes públicos e privados vai receber 15 mil folhas de papel do inquérito conduzido pela Polícia Federal. O colegiado vai definir hoje seu plano de trabalho, que inclui uma visita ao procurador-geral

da República para pedir informações atualizadas sobre as investigações.

O Conselho de Ética, que desde o início do mês examina quebra de decoro de Demóstenes Torres devido a seu envolvimento com Cachoeira, também vai receber os documentos e amanhã se reúne para ouvir o relatório preliminar de Humberto Costa. **3**



Marcello Casal Jr/ABR

Documentos da Operação Monte Carlo chegam à Polícia Federal, em fevereiro: inquérito sobre Cachoeira tem 40 volumes



Luiz Alves/Agência Senado

Luiz Henrique e Jorge Viana relataram o Código Florestal no Senado

Novo texto resgata ideias retiradas do Código Florestal

Senadores apresentam medidas que regularizam atividades em áreas de preservação permanente e de reserva legal. **4**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador espera que Dilma vete mudanças no Código Florestal

Para Anibal, Câmara gerou insegurança jurídica **4**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para o senador, iniciativa de juristas pode identificar focos de corrupção

Simon elogia proposta de investigar sinais de riqueza

Pedro Simon elogiou ontem a intenção da comissão de juristas que estuda mudanças no Código Penal de tipificar como crime sinais de riqueza incompatível com a renda. Também falou sobre o caso Cachoeira e sobre o julgamento do mensalão. **3**

Novo programa da Rádio Senado tem enfoque regional **2**

Transmitido de segunda a sexta, pelas manhãs, *O Senado É mais Brasil* oferece notícias especiais para Cuiabá, Natal, Fortaleza e Rio Branco; programa inclui novidades do Senado, música e dicas de saúde

Rádio Senado lança programa para 4 capitais

O *SENADO É mais Brasil* é o mais novo programa da Rádio Senado.

Dedicado aos ouvintes de Cuiabá, Natal, Fortaleza e Rio Branco, o programa traz notícias das regiões em que estão essas capitais, incluindo os trabalhos dos senadores que terão impacto direto sobre esses locais.

Segundo Flávio de Mattos, diretor da Rádio Senado, *O Senado É mais Brasil* “busca levar as informações sobre as atividades legislativas aos ouvintes de fora de Brasília, que têm menos acesso a essas informações do que os ouvintes da Rádio Senado em Brasília”.

O programa estreou em 26 de abril. Transmitido de segunda

a sexta-feira, das 8h30 às 9h30 (hora de Brasília), começa sempre com o quadro “Um dedo de prosa”, uma conversa sobre algum assunto que esteja em pauta no Senado.

Depois vem o “Projeto do dia”, quadro em que os ouvintes conhecem as propostas apresentadas pelos senadores, especialmente as que repercutem em suas regiões.

Segunda-feira é o dia do “Pergunte ao doutor”, em que os ouvintes podem tirar dúvidas sobre saúde. Na terça, há o “Sintonia ambiental”, que aborda os grandes temas sobre a conservação do meio ambiente. Na quarta, o “Viver da terra” é dedicado à agricultura, à pecuária e ao extrativismo.

Na quinta, é a vez do “Fique por dentro da lei”, que trata da legislação e das propostas em debate no Congresso Nacional.

O novo programa dá destaque às cidades. *O Senado É mais Brasil* abre espaço para que as assembleias legislativas desses estados apresentem suas notícias aos ouvintes da Rádio Senado.

No quadro “Som brasilis”, a cada dia é destacada uma música que representa a cultura local.

Os ouvintes de Cuiabá, Natal, Fortaleza e Rio Branco podem participar do programa, dando sugestões sobre temas a serem abordados. Para isso, basta que liguem para o Alô Senado (0800-612211).



Estúdio da Rádio Senado: novo programa leva noticiário e música aos ouvintes de Cuiabá, Natal, Fortaleza e Rio Branco

Reunião debate construção amadora de aviões

A Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil realiza hoje uma audiência pública para discutir políticas públicas para o desenvolvimento da indústria da aviação experimental, voltada para a construção amadora de aeronaves.

A reunião faz parte do ciclo de audiências que debatem as políticas públicas para a aviação civil brasileira. A subcomissão faz parte da Comissão de Serviços de

Infraestrutura (CI).

De acordo com a Associação Brasileira de Aviação Experimental (Abraex), a construção aeronáutica amadora já é uma realidade consolidada no Brasil. O país ocupa o terceiro lugar em número de aeronaves amadoras construídas ou em construção, atrás dos Estados Unidos e da França.

Ainda segundo a Abraex, existem pelo menos 36 aviões do projeto italiano KR2 sendo

construídos. Só em Rio Claro (SP), estão sendo construídos sete aviões KR2.

Para participar dos debates foram convidados representantes da Abraex, do Departamento de Política de Serviços Aéreos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Associação Brasileira de Ultraleves (Abul) e do Museu TAM Linhas Aéreas.

Projeto proíbe governo de cortar verbas do Orçamento

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se reúne amanhã para analisar três projetos de lei que proíbem o contingenciamento de recursos orçamentários. Todos os projetos têm parecer de José Pimentel (PT-CE) pela rejeição.

O primeiro deles (PLS 150/05), de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), determina que os recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não poderão sofrer limitação de empenho ou movimentação financeira. Para o autor, a prática do

Executivo de contingenciar verbas orçamentárias para essas regiões tem afetado de modo acentuado as dotações a elas destinadas.

O segundo projeto (PLS 90/07), também de Flexa Ribeiro, proíbe contingenciar recursos da segurança pública.

O terceiro projeto (PLS 21/11), de Lídice da Mata (PSB-BA), veda o contingenciamento de recursos para o meio ambiente.

Na primeira parte da reunião, a CDR escolherá seu vice-presidente.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



QUARTA

PLENÁRIO: Medidas provisórias

14h Duas medidas provisórias trancam a pauta: a MP 552/11, transformada no PLV 9/12, que reduz a zero contribuições do PIS-Pasep e Cofins incidentes sobre a importação; e a MP 553/11, que destina recursos para três ministérios (Ciência, Tecnologia e Inovação, Defesa e Integração Nacional).

CCT: Radiodifusão comunitária

9h Análise de projeto sobre a concessão de financiamento às entidades operadoras de serviço de radiodifusão comunitária que migrarem para sistema digital. Constam também da pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia projetos de decretos legislativos autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

CAS: Abandono de emprego

9h Análise de projeto que disciplina o abandono de emprego. Ainda na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, proposta que dá ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente com deficiência.

CCJ: ICMS de comércio eletrônico

10h Na pauta, três propostas de emendas à Constituição que preveem a repartição do ICMS do comércio eletrônico entre o estado de origem e o estado de destino das mercadorias.

CE: Copa do Mundo

10h Audiência pública para instruir o projeto de lei da Câmara que trata de medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo de 2014.

AVIAÇÃO CIVIL: Políticas públicas

14h A Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil faz audiência para discutir políticas públicas para o desenvolvimento da indústria da aviação experimental. Entre os convidados, o diretor do Departamento de Política de Serviços Aéreos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência, Ricardo Chaves de Melo Rocha.

CPI DO CACHOEIRA: Plano de trabalho

14h30 Reunião administrativa da comissão parlamentar mista de inquérito para investigar Carlinhos Cachoeira. Na reunião, será eleito o vice-presidente do colegiado, apresentado o plano de trabalho do relator e votados requerimentos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep



Imagem histórica retrata a primeira greve geral realizada no Brasil, em 1º de maio de 1917, em São Paulo

Ana Amélia: trabalhador paga muito imposto

O Dia do Trabalho, comemorado ontem, foi o assunto do discurso de Ana Amélia (PP-RS) na véspera.

Para a senadora, apesar de o Brasil já oferecer vários direitos aos trabalhadores, é preciso avançar na segurança e na prestação de serviços públicos condizentes com a carga tributária paga por eles.

— É preciso oferecer melhores condições de saúde, educação, segurança e transporte, que sejam serviços condizentes com os altos tributos pagos pelos brasileiros que trabalham 150 dias do ano somente para pagar impostos.

Entre as principais conquistas dos trabalhadores desde que o Dia do Trabalho começou a ser comemorado, na década de 1920, a senadora citou o salário mínimo, o 13º salário e outros direitos trabalhistas, que, na sua opinião, precisam ser atualizados.

Ana Amélia também citou avanços recentes, como o aumento no percentual de empregados e de trabalhadores com carteira assinada



Trabalhadores precisam de melhores serviços públicos, diz Ana Amélia

entre 2000 e 2010.

Apesar de registrar o crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho, a parlamentar lembrou que ainda é preciso igualar o patamar salarial de homens e mulheres que exercem as mesmas funções. O caminho seria levar as mulheres a setores em que elas ainda estão pouco presentes.

Ana Amélia também falou dos aposentados, que veem sua renda cair a cada ano por causa da defasagem de seus benefícios em relação ao salário mínimo. O problema, segundo a senadora, atinge aqueles que recebem mais do que um salário mínimo, já que o reajuste se

dá com percentuais menores.

— Quase 70% dos benefícios já estão nivelados pelo piso, ou seja, um salário mínimo. Mantida essa tendência, em poucos anos todos estarão recebendo o equivalente ao piso — disse a senadora, que chamou de “injusta” a política de reajuste de benefícios do governo.

Ana Amélia defendeu a aprovação de seu projeto que propõe a isenção do Imposto de Renda Pessoa Física para as aposentadorias e pensões do Regime Geral da Previdência Social a partir do mês em que o contribuinte completar 60 anos (PLS 76/11). A matéria tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Para a senadora, também é preciso acabar com o fator previdenciário, criado para elevar o tempo de contribuição dos trabalhadores. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 296/03 (PL 3.299/08 na Câmara), do senador Paulo Paim (PT-RS), tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados e está pronto para a apreciação do Plenário.

Vanessa Graziotin defende redução da jornada de trabalho

Os trabalhadores ainda têm muitos direitos a serem assegurados, em especial a redução da jornada de trabalho, de 44 para 40 horas semanais, afirmou Vanessa Graziotin (PCdoB-AM).

A mudança, avaliou a senadora em discurso de homenagem ao Dia do Trabalho, ajudaria a combater o desemprego, pois seriam criadas cerca de 2,5 milhões de novas vagas.

— Vejo a crise econômica no mundo e no Brasil como uma janela para mudar não só alguns conceitos da política macroeconômica, mas também certas questões estruturais — disse.

Ela apresentou estudo mostrando que a redução da jornada poderia elevar a formalização nas relações de trabalho e



diminuir o volume de doenças laborais e de horas extras, “desgastantes para a maioria dos trabalhadores, se realizadas por imposição dos patrões”.

Vanessa também comemorou o crescimento da renda mensal média das famílias, de R\$ 2.297 em 2000, para R\$ 2.653 em 2010. Ela destacou a melhoria na remuneração das mulheres, sobretudo na região Norte. A diferença salarial entre os gêneros no país, que hoje é de 26%, já foi de mais de 30%, disse.

A senadora defendeu proposta da comissão de juristas que discute mudanças no Código Penal de criminalizar o enriquecimento ilícito e sugeriu que, além de punição criminal, quem praticou o ato de corrupção seja obrigado a devolver o dinheiro desviado.

Anibal comemora criação de 440 mil empregos este ano

O Dia do Trabalho foi comemorado por Anibal Diniz (PT-AC), que lembrou a criação de 440 mil novos postos de trabalho com carteira assinada no Brasil no primeiro trimestre deste ano. O aumento da oferta de emprego, segundo o senador, decorre da política de valorização do trabalho empreendida no Brasil desde o governo Lula.

Anibal destacou as campanhas de valorização do salário mínimo desenvolvidas nos últimos anos por centrais sindicais e parabenizou o novo ministro do Trabalho, o deputado Brizola Neto, que, aos 33 anos, passa a ser o mais jovem do governo de Dilma Rousseff. O senador anunciou a inauguração, pelo ministro do Desenvolvimento, Pepe Vargas, da Zona de Processamento de Exportação do Acre, no próximo dia 21.

Supremo envia hoje cópia de inquérito à CPI do Cachoeira

Acesso aos documentos foi autorizado pelo ministro Ricardo Lewandowski, com manutenção do segredo de Justiça

A CPI MISTA que investiga as relações do contraventor Carlos Cachoeira com agentes públicos e privados vai receber hoje, do Supremo Tribunal Federal (STF), os 40 volumes do inquérito aberto para investigar o esquema, impressos e em cópia digital. A informação é do presidente da Comissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), segundo o qual o inquérito totaliza 15 mil folhas de papel.

O senador disse que tomou conhecimento sexta-feira do despacho em que o ministro Ricardo Lewandowski atendeu ao pedido da CPI para compartilhamento das informações. No despacho, o ministro mantém o caráter sigiloso do inquérito, o que obriga a CPI a observar restrições do segredo de Justiça.

Também hoje a CPI traça

seu plano de trabalho. Uma das providências agendadas é uma visita de Vital e do relator da comissão, deputado Odair Cunha (PT-MG), ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Eles pedirão ao procurador que atualize a CPI com informações sobre o inquérito da Polícia Federal.

Relator do processo de Cachoeira no STF, Lewandowski também liberou o acesso aos documentos ao Conselho de Ética do Senado que, desde o início do mês examina quebra de decoro de Demóstenes Torres (sem partido-GO) por envolvimento com Cachoeira.

Amanhã o conselho se reúne para ouvir a leitura do relatório preliminar de Humberto Costa (PT-PE) e deliberar sobre o estudo do inquérito liberado pelo STF.

Simon: sinais de riqueza podem revelar corrupção

Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a intenção da comissão de juristas criada pelo Senado para revisar o Código Penal de tipificar como crime “sinais evidentes de riqueza incompatível com a renda de quem a possui”. O senador considerou “singela” a iniciativa do presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, de incluir a premissa no anteprojeto do novo código.

— É muito simples: o Pedro Simon ganha R\$ 20 mil líquidos no Senado da República. Muito bem, se o Pedro Simon aparecer com uma casa de R\$ 15 milhões, a Justiça vai olhar os últimos dez anos de suas declarações de Imposto de Renda, das receitas e despesas e vai perguntar: de onde vieram esses R\$ 15 milhões? Como ele comprou essa casa? São sinais evidentes de riqueza, que são contrários ao cargo que exerce — explicou, lamentando que dinheiro roubado no Brasil não retorna ao Tesouro.

Em defesa do julgamento imediato do processo do mensalão, Simon voltou a pedir aos ministros do Supremo



Senador lamenta que dinheiro roubado não retorne ao Tesouro

que se dediquem “de corpo e alma” à análise do caso. Mesmo que, para isso, seja preciso abrir mão do recesso de julho no tribunal.

Cobrança

Já sobre Demóstenes Torres (sem partido-GO), Simon disse estar descobrindo uma figura que o deixa “apavorado”. Segundo o senador, Demóstenes parece um “executivo de luxo” do contraventor Carlos Cachoeira.

Simon aproveitou para convocar a população a cobrar resultados da CPI e do Supremo nos casos contra a corrupção. Para o parlamentar, nenhuma providência sairá do Legislativo, do Executivo ou do Judiciário se o povo não for para a rua.

Proposta proíbe cobrança de aluguel dobrado em shopping

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode aprovar mudanças na Lei do Inquilinato e impedir a cobrança de mais de 12 prestações de aluguel por ano, aluguel em dobro ou qualquer outro valor que aumente a taxa estabelecida no contrato (com exceção do reajuste anual).

Tal providência consta do substitutivo do relator, Benedito de Lira (PP-AL), ao projeto (PLC 63/07) que busca reequilibrar as garantias dadas ao locador e ao locatário pela Lei do Inquilinato.

Parte das mudanças saíram do PLS 289/07, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que proíbe a cobrança anual de mais de 12 aluguéis. Emenda de Pedro Simon (PMDB-RS) ampliou seu alcance, impedindo a cobrança de aluguel em dobro ou de valor adicional não fixado contratualmente.

A motivação é coibir abusos praticados em locações de lojas de *shoppings*. A denúncia era de cobrança em dobro em épocas de aumento de vendas, como Dia das Mães e Natal.

Como houve mudança no texto, a matéria retorna para a Câmara caso seja aprovada pelo Plenário do Senado.

CCJ analisa prazo para desocupação de imóvel alugado

A CCJ deve votar hoje projeto que diminui de 6 para 3 meses o prazo para desocupação de imóvel nas ações por descumprimento do que foi previsto em contrato a respeito do término da locação. Se aprovado o PLS 63/07, poderá ser concedida ao locador liminar em ação para desocupação de imóvel, obrigando o locatário a sair em 15 dias.

No relatório, Benedito de Lira diz que o projeto objetiva diminuir o desequilíbrio na relação jurídica de locação de imóvel, já que “a Lei do Inquilinato (Lei 8.245/91) oferece mais proteção e garantias em favor do locatário”.

O projeto tramita em conjunto com o PLS 199/07, do ex-senador Paulo Duque, que extingue a fiança como garantia nos contratos de locação; os PLSs 284/07, que obriga o locador a informar aos fiadores qualquer violação dos encargos da locação, e 289/07 (veja matéria acima), ambos de Valdir Raupp; e o PLS 225/08, do senador Romeu Tuma, que garante ao locatário o direito de devolução antecipada do imóvel, desde que pague a multa prevista no contrato ou estipulada pela Justiça.

Senadores apresentam propostas que regularizam atividades em áreas de preservação permanente e de reserva legal. Medidas foram retiradas pela Câmara dos Deputados do texto aprovado no dia 25

Projeto rediscute ideias que estavam no Código Florestal

OS SENADORES LUIZ Henrique (PMDB-SC) e Jorge Viana (PT-AC) apresentaram projeto (PLS 123/12) que regulariza atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural consolidadas até julho de 2008 em áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal. As medidas estavam no texto de Código Florestal (PLC 30/11) aprovado em dezembro pelo Senado, mas foram modificadas na versão final (PL 1.876/99) aprovada pela Câmara dos Deputados dia 25, que seguiu para sanção.

O projeto estabelece que União, estados e o Distrito Federal terão até dois anos para implantar programas de regularização ambiental para áreas desmatadas ilegalmente até 2008. O proprietário terá até dois anos para aderir e assinar termo se comprometendo a cumprir obrigações.

Nas atividades consolidadas em margem de rio com largura de até dez metros, será obrigatória a recomposição de matas em faixas de 15 metros de largura. Para rios com mais de dez metros, em caso de imóveis da agricultura familiar e aqueles que, em 22 de julho de 2008, tinham até quatro módulos fiscais, será obrigatória a recomposição de matas correspondentes à metade da largura do curso d'água, com mínimo de 30 metros e máximo de cem metros.

Nascentes

O projeto prevê a manutenção de atividades consolidadas em nascentes e olhos d'água, desde que seja feita a recomposição da vegetação em um raio mínimo de 30 metros. Também se admite a manutenção de atividades florestais e culturas de espécies lenhosas, como maçã

e café, nas encostas com declividade superior a 45 graus, bordas de tabuleiro e topos de morro, vedada a conversão de novas áreas.

Já o pastoreio extensivo ficará restrito às áreas de vegetação campestre natural. No entanto, o texto admite para bordas de tabuleiro e chapadas, nos imóveis rurais de até quatro módulos fiscais, a consolidação de atividades agrossilvipastoris, desde que não haja risco de vida e que sejam adotadas práticas de conservação de solo e água.

Propriedades que em 2008 apresentavam área de reserva legal menor que o exigido em lei estarão regularizadas se for feita a recomposição da vegetação, em até 20 anos, com plantio intercalado de espécies nativas e exóticas, estas ocupando, no máximo, a metade da área a ser recuperada.



Plantação de café em terreno com inclinação acentuada, como em Cordeiro (RJ), está entre os itens regulamentados no projeto

Anibal: mudanças feitas na Câmara podem gerar insegurança jurídica

As alterações feitas pela Câmara no projeto de novo Código Florestal colocaram o Congresso em uma “situação constrangedora”, disse Anibal Diniz (PT-AC). Os deputados promoveram mudanças no texto aprovado pelo Senado no ano passado, após grande acordo entre o governo e os produtores rurais.

O senador disse que o texto que seguiu para sanção gera muita insegurança jurídica e que a presidente Dilma Rousseff deverá vetá-lo, total ou parcialmente, como já pediram os relatores da matéria no Senado, Jorge Viana (PT-AC) e Luiz Henrique (PMDB-SC).

Anibal relatou estudo elaborado pelo advogado André

Lima, membro da Comissão de Direito Ambiental da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal e consultor jurídico da Fundação SOS Mata Atlântica, mostrando “os prejuízos mais gritantes” do projeto aprovado na Câmara.

Entre eles, o estudo cita a retirada do primeiro artigo do texto aprovado pelo Senado, definindo uma série de princípios que caracterizariam o código como lei ambiental.

De acordo com André Lima, a retirada reforça a tese de que o Congresso transformou o Código Florestal em “uma lei de consolidação de atividades agropecuárias ilegais, ou uma lei de anistia àqueles que praticaram irregularidades”.



Waldemar Barreto/Agência Senado

Uso sustentável da energia será tema de audiência

O uso sustentável da energia será assunto, amanhã, de uma audiência pública do ciclo de debates sobre temas da Rio+20 promovido pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Foram convidados Márcio Zimmermann, secretário executivo do Ministério de Minas e Energia; Luiz Pinguelli Rosa, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; Suani Coelho, do Centro Nacional de Referência em Biomassa; Antonio de Padua, presidente interino da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica); Marcelo Moraes, coordenador do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico; e Marcelo Furtado, do Greenpeace.

Texto diz que mulher deve cuidar de bolsa social paga pela União

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deverá votar hoje projeto que altera a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) para determinar que os benefícios nela previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar (PLS 44/12).

De Paulo Bauer (PSDB-SC), o projeto é relatado por Casildo Maldaner (PMDB-SC), favorável à aprovação da proposta.

A matéria será examinada em caráter terminativo (sem necessidade de ir para o Plenário) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ao justificar a medida, Bauer cita a experiência do Programa Bolsa Família, que, segundo ele, valoriza a participação da mulher na manutenção do núcleo familiar, reconhecendo a inclinação feminina de aplicar os recursos majoritariamente no bem-estar dos filhos.

A Loas estabelece o pagamento de benefício eventual aos cidadãos e às famílias que necessitem de assistência em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, além de prever transferência de renda na execução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e destinar benefícios financeiros no âmbito dos projetos de combate à miséria, caso específico do benefício de prestação continuada (BPC).

Comissão debate situação de abrigos de usuários de droga

Para debater as condições dos locais de internação dos dependentes de drogas, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promoverá audiência amanhã.

O foco do encontro serão as informações sobre os abrigos especificadas no relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos, apresentado pelo Conselho Federal de Psicologia.

Foram convidados o ministro da Saúde, Alexandre Padilha; o coordenador da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Pedro Bicalho; o coordenador da Câmara de Assessoramento Técnico-Científico da Secretaria Nacional Antidrogas, Elisaldo Carlini; o coordenador do Laboratório de Saúde Mental do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, Marcus Vinicius Silva; o psicanalista Paulo Avelino; e Nilton Vaz, do Conselho Distrital de Promoção dos Direitos Humanos.